

ANA CAROLINA ROLIM DE MOURA VILAIN MELLO

O COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E O ACESSO AO CRÉDITO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Universidade Federal do Paraná.

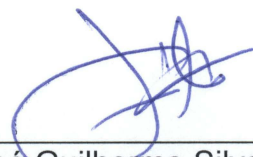
Orientador: Prof. José Guilherme Silva Vieira

**Curitiba
2012**

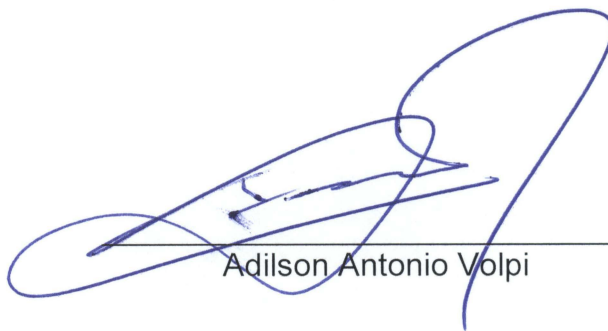
ANA CAROLINA ROLIM DE MOURA VILAIN MELLO

TERMO DE APROVAÇÃO

Monografia aprovada como requisito parcial à conclusão do curso de Ciências Econômicas, setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, apresentada no dia 16/10/2012.



José Guilherme Silva Vieira



Adilson Antonio Volpi



Luiz Xiscatti

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por ter me proporcionado este grande momento de alegria, após tantos anos. Sem deixar de mencionar meus pais, Itamara e Osnildo Vilain e irmã Luciane, por terem acreditado em mim e me apoiado em diversos momentos. Ao meu amado esposo Ricardo Amaral Mello, que tem me dado suporte nesta fase de nossas vidas e principalmente a minha também razão de viver, Fernanda Mello, filha querida, que está prestes a completar dois anos de idade.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
LISTA DE GRÁFICOS.....	v
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS.....	vi
RESUMO.....	vii
ABSTRACT.....	viii
1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 TEORIA DE CONSUMO NA VISÃO DE KEYNES.....	13
2.2 TEORIA DE CONSUMO NA VISÃO DE FISHER.....	18
2.4 HIPÓTESE DA RENDA PERMANENTE DE FRIEDMAN.....	21
2.3 TEORIA DO CICLO DE VIDA DE MODIGLIANI.....	23
3 BREVE HISTÓRICO BRASILEIRO: PLANOS ECONÔMICOS DE 1980 AO	
ATUAL.....	26
3.1 Plano Cruzado.....	26
3.2 Plano Bresser.....	27
3.3 Plano Verão.....	27
3.4 Plano Collor I.....	28
3.5 Plano Collor II.....	28
3.6 Plano Real.....	28
4 A ADOÇÃO DA TAXA DE JUROS COMO REFERÊNCIA ECONÔMICA	31
5 FATORES QUE INTERFEREM NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR...33	
5.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL.....	34
5.2 ACESSO AO CRÉDITO NO GOVERNO LULA.....	35
5.3 EFEITOS DO ACESSO AO CRÉDITO À CLASSE MÉDIA CURITIBANA.....	36
6 CONCLUSÃO.....	40
7 REFERÊNCIAS	41

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS MENSAIS DE JUROS – PESSOA FÍSICA.....	32
TABELA 2 – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO (10 REGIÕES METROPOLITANAS).....	34
TABELA 3 – ACESSO A CONTAS CORRENTES E POUPANÇAS NO BRASIL – 2001 A 2007.....	36
TABELA 4 – PERCENTUAL DE ENDIVIDADOS EM CURITIBA (ENTRE AGOSTO/2011 A AGOSTO/2012).....	37
TABELA 5 – PERCENTUAL DE ENDIVIDAMENTO DO CURITIBANO.....	37
TABELA 6 – PERCENTUAL DE TIPOS DE DÍVIDA.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – FUNÇÃO CONSUMO KEYNESIANA.....	15
GRÁFICO 2 – HIPÓTESES CONSTATADAS POR KUZNETS.....	16
GRÁFICO 3 - RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONSUMIDOR.....	20
GRÁFICO 4 – CURVAS DE INDIFERENÇA DO CONSUMIDOR.....	21
GRÁFICO 5 – UNIDADE DE RENDA.....	24
GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL NO BRASIL AO LONGO DO CICLO DE VIDA.....	25
GRÁFICO 7 – TAXA DA INFLAÇÃO ANUAL ENTRE 1988 E 1994.....	30
GRAFICO 8 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS NO BRASIL – JUN 1996 A AGO 2012.....	31
GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS DOMÉSTICOS - CLASSE POBRE (10 REGIÕES METROPOLITANAS).....	35
GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE TEMPO DE CONTAS COM PAGAMENTO ATRASADO.....	39

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANEFAC; Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade

BACEN: Banco Central

C: Consumo agregado

c: Propensão marginal a consumir

C_0 : Consumo autônomo

CDB: Certificado de Depósito Bancário

COPOM: Conselho de Política Monetária

FAF: Fundo de Aplicação Financeira

FECOMÉRCIO: Federação do Comércio

FHC: Fernando Henrique Cardoso

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPMF: Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira

MP: Medida Provisória

PEIC: Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor

PMeC: Propensão Média a Consumir

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

S: Poupança

SELIC: Sistema Especial de Liquidação e Custódia

Tban: Taxa de Assistência do Bacen

TBC: Taxa Básica do Bacen

Y: Renda

RESUMO

Este trabalho trará em pauta a discussão sobre o comportamento do consumidor, considerando algumas teorias macroeconômicas acerca do tema, correlacionando-as com o contexto econômico no Brasil dos anos 1980 até os dias de hoje. Será abordado o problema da inflação, como acarretou na importância da taxa de juros no Brasil e como esta influi na obtenção da taxa de juros cobrada no mercado, a qual influencia indiretamente nas decisões (irracionais) de consumo dos indivíduos sobre seus hábitos. Serão demonstrados ainda a evolução da pobreza no país, decorrente do acesso ao crédito mais facilitado e, por fim, como este acesso tem refletido em índices de inadimplência e dívidas para famílias da classe média de Curitiba, onde verificou-se que, assim como a maioria dos brasileiros de uma forma geral, não existe o hábito de poupar por parte dos indivíduos.

Palavras-chave: comportamento do consumidor – teorias macroeconômicas – inflação – taxa de juros – pobreza – acesso ao crédito – classe média de Curitiba – hábito de poupar

ABSTRACT

This work will bring discussion of consumer behavior, considering some macroeconomic theories about the subject, correlating them with the economic context in Brazil from the 1980s until the present day. It will explore the inflation problem, as entailed in the importance of interest rates in Brazil and how this influences the achievement of the interest rate charged on the market, which indirectly influences the decisions (irrational) consumption of individuals about their habits. It will be demonstrated further the evolution of poverty in the country, due to the easier access to credit and, ultimately, as this access is reflected in delinquency rates and debt to middle class families of Curitiba, where it was found that as the most Brazilians in general, there is not a habit of saving by individuals.

Keywords: consumer behavior, macroeconomic theories - inflation - interest rates - poverty - access to credit - middle class Curitiba - savings habit

1 INTRODUÇÃO

Desde que ocorreu o controle inflacionário na década de 1990, o Brasil vêm fortalecendo a economia e consolidando as instituições bancárias a fim de não sofrer novamente com uma nova disparada da inflação. Para que exista um rigoroso controle deste fenômeno, a taxa de juros é a arma necessária que as autoridades monetárias detêm para aquecer ou arrefecer a economia, o que implica diretamente no desempenho dos principais indicadores de crescimento brasileiros.

Com mais de uma década de existência a taxa Selic, como é conhecida, apesar de ser uma das variáveis econômicas mais comentadas em noticiários e jornais impressos, ainda é um assunto totalmente desconhecido por muitos brasileiros, dos quais a maioria nem imagina como afeta seu cotidiano. Por essa razão, suas oscilações não interferem diretamente no comportamento de muitos consumidores, ainda que reflitam nos preços de produtos e serviços, mas há casos em que a variação da taxa causa efeitos no padrão de consumo, dependendo da classe social e intelectual dos indivíduos, por exemplo.

No primeiro capítulo deste estudo haverá uma revisão da literatura, com a apresentação de diferentes óticas de alguns economistas sobre o comportamento do consumidor, como se comporta com relação a renda recebida durante sua atividade e com relação ao seu ciclo de vida.

No segundo tópico será exposto o histórico inflacionário dos últimos 30 anos no Brasil e também a importância do papel da taxa de juros na economia que, apesar de não ser exatamente um fator que implica diretamente no comportamento do consumidor, compõe o cálculo dos juros que incidem nas taxas aplicadas no mercado e que afetam, tanto encarecendo quanto barateando, o consumo dos indivíduos.

Em seguida, no terceiro e quarto tópico, será demonstrada a evolução da taxa de juros dos primeiros anos do Plano Real até 2012 e os fatores que interferem no comportamento do consumidor brasileiro, demonstrando desde a evolução da pobreza ao acesso ao crédito proporcionado pelo governo Lula – com relação ao seu acesso a itens domésticos e créditos bancários, por exemplo.

Para finalizar, serão apresentados alguns números apontados por pesquisas feitas por órgãos oficiais ligados ao comércio no ano de 2012 na região de Curitiba

expressando como está sendo o reflexo deste acesso à aquisição de bens e serviços, devido a todas as medidas adotadas após a implantação do atual plano econômico.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O comportamento do consumidor fora objeto de estudo de alguns economistas no último século. Pôde-se perceber que não vem sofrendo muitas alterações, já que o propósito das famílias é o bem-estar de seus componentes.

Consumir pode ser definido como à parcela da renda a que se destina a aquisição de bens e serviços para satisfazer as necessidades de cada indivíduo, que ora pode ser para consumo imediato como é o caso de vestuário e alimentação, para consumir por longo período de tempo, como bens duráveis, ora para serviços considerados essenciais, como educação. Se for considerado o consumo global, não somente na esfera pessoal, mas incluindo o consumo do governo, trata-se do consumo agregado da economia.

A seguir, alguns estudos feitos acerca do tema serão demonstrados, de forma a explicar a abordagem feita por cada economista e, irá se perceber que decisões de poupança dos indivíduos influenciam diretamente no investimento e, como consequência, no crescimento econômico.

2.1 TEORIA DE CONSUMO NA VISÃO DE KEYNES

John Maynard Keynes expressou em sua obra "A Teoria Geral do Emprego, Juros e Moeda" (1936) análises sobre o que determina o consumo das famílias, o qual é determinado pelo volume de renda familiar, fatores objetivos e necessidades subjetivas, hábitos dos indivíduos entre outros fatores.

Para ele, as decisões de consumo são determinadas por vários argumentos relevantes, mas no que tange à determinação do consumo agregado¹, pode ser resumido a partir da Lei Psicológica Fundamental, a qual consiste na ideia de que, quando a renda aumenta, o consumo também aumenta (maior será o dispêndio das famílias), mas em menor proporção, pois ocorre um aumento da poupança, ou seja, o indivíduo poupa a diferença entre a renda efetiva e os gastos para a manutenção do padrão de vida.

¹ No consumo agregado, a renda é o determinante principal, uma vez que o fato de o consumo depender desta, implica na eficácia da política fiscal sobre a renda, devido ao efeito multiplicador. (LOPES, 1998, P. 262).

Pode-se definir como propensão marginal a consumir à parcela do acréscimo de renda que se destina ao consumo e como propensão marginal a poupar àquela destinada à poupança e tais magnitudes dependem de certos fatores como distribuição da renda, grau de desenvolvimento do sistema financeiro, inflação vigente, até mesmo de fatores não objetivos, como incerteza das pessoas.

A poupança resultante entre a renda e o consumo tende a ser maior para os ricos do que aos pobres, uma vez que a primeira classe acumula poupança como precaução futura e a segunda, a deixa como segundo plano. Keynes disse:

"Para a satisfação das necessidades imediatas de um homem e sua família geralmente é um motivo mais forte do que os motivos para a acumulação, que só adquirem influência eficaz quando uma margem de conforto foi atingida. Estas razões conduzirão, em regra, a uma proporção maior da renda sendo salvo com o aumento da renda real." (KEYNES, 1936, p. 97)

Keynes define a Função Consumo da seguinte forma (com o correspondente GRÁFICO 1):

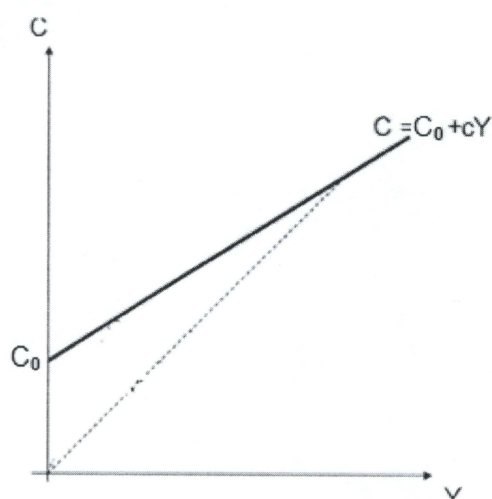
$$C(C = C_0 + cY)$$

em que:

- C: consumo agregado;
- C_0 : consumo autônomo, independente da renda ($C_0 > 0$);
- c: propensão marginal a consumir² ($0 < c < 1$, em virtude da "Lei psicológica fundamental");
- Y: renda.

² "Quantidade consumida com uma unidade monetária adicional de renda" (MANKIOW, 2004, p. 297)

GRÁFICO 1 – FUNÇÃO CONSUMO KEYNESIANA



Quando a propensão média a consumir (PMeC) – relação entre consumo e renda (C/Y) – cai, devido ao aumento da renda, a relação entre poupança e renda aumenta, visto que a primeira (S) é considerada “luxo”, esperando-se que os ricos poupem uma proporção maior de sua renda do que os pobres, segundo MANKIW (2004, p. 298). Isto pode acarretar em queda da renda. Keynes demonstrou tal afirmação derivando a PMeC em função da renda:

$$\frac{d\left(\frac{C}{Y}\right)}{dY} = \left(-\frac{1}{Y^2}\right) C_0 < 0$$

Alguns anos após a publicação da maior obra de Keynes, Simon Kuznets (1946) publicou um estudo empírico feito nos Estados Unidos com o objetivo de testar a função keynesiana, a respeito do comportamento de consumo e da poupança dos americanos e atestou, por meio de uma série temporal, que, para longos períodos, a relação C/Y é constante, sem tendência para aumentar ou diminuir (1ª hipótese). Portanto, na prática, em curto prazo, PMeC cai e em longo prazo, é estável.

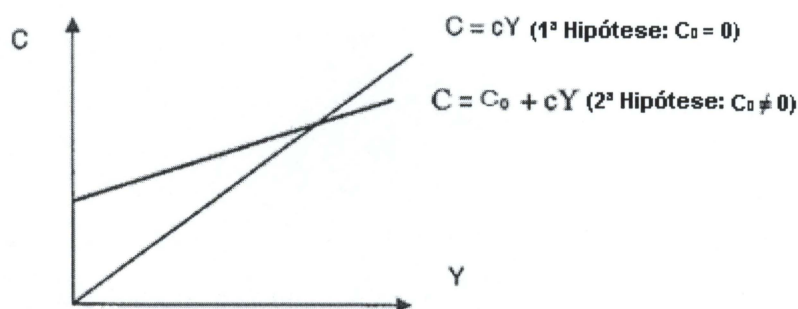
A função consumo de Keynes comprova tal alegação se o consumo autônomo for zero, ao passo que se o consumo autônomo for diferente de zero, a propensão média a consumir é contra-cíclica, segundo Kuznets, isto é, nas

² “Quantidade consumida com uma unidade monetária adicional de renda” (MANKIW, 2004, p. 297)

flutuações de renda e emprego a curto prazo, P_{MeC} cai com a expansão da economia e aumenta com a contração da economia (2ª hipótese).

Portanto, a função consumo de Keynes não reproduz ambos os fatos atestados por Kuznets simultaneamente (GRÁFICO 2)

GRÁFICO 2 – HIPÓTESES CONSTATADAS POR KUZNETS



A principal determinante da função consumo, segundo Keynes, é a renda e as variações da taxa de juros não afetam diretamente o consumo³.

O autor ressalta razões objetivas e subjetivas pelas quais os indivíduos poupam, abstendo-se de gastar sua renda. São oito os motivos de caráter subjetivo:

- 1) PRECAUÇÃO: Efetuar reserva por prevenção a eventualidades (contingências imprevistas);
- 2) PREVIDÊNCIA: Preparação para acontecimentos futuros, tais como velhice, educação dos filhos e sustento de dependentes;
- 3) CÁLCULO: Usufruir do juro através da valorização pelo consumo futuro;
- 4) MELHORIA: Perspectiva de melhora gradativa no nível de vida, mesmo que a capacidade de satisfação tenda a diminuir;
- 5) INDEPENDÊNCIA: Simples sensação de independência;
- 6) INICIATIVA: Motivos especulativos ou econômicos;
- 7) ORGULHO: Proporcionar fortunas a serem herdadas;
- 8) AVAREZA

Já os fatores objetivos que afetam o montante do consumo de uma renda podem ser elencados em seis, a saber:

- 1) *Variação na unidade de salário*: com a variação da unidade de salário, também irá variar o gasto em consumo correspondente a certo nível de emprego;

³ Afirmação contrastada dos clássicos que precederam Keynes, já que estes sustentavam que uma taxa de juros mais alta desestimula o consumo e estimula a poupança.

- 2) *Variação na diferença entre renda e renda líquida*: Os indivíduos levam em consideração a renda líquida ao decidirem sua escala de consumo;
- 3) *Variações imprevistas nos valores de capital não consideradas no cálculo da renda líquida*: Variações que têm importância muito maior para modificar a propensão a consumir, visto não guardarem nenhuma relação regular com o montante da renda;
- 4) *Variações na taxa intertemporal de desconto*: Variações na relação de troca entre os bens presentes e os bens futuros. Keynes expõe dúvidas acerca da influência existente deste fator:

Para a teoria clássica da taxa de juros, que se baseia na ideia de ser a taxa de juros o fator de equilíbrio entre a oferta e a procura de poupança, era conveniente supor que as despesas de consumo, *ceteris paribus*, variassem na razão inversa das variações na taxa de juros, de maneira que qualquer elevação da taxa de juros diminuiria consideravelmente o consumo. Todavia, reconheceu-se há muito tempo que o efeito total das variações da taxa de juros sobre a propensão a despendar em consumo imediato é complexo e incerto, (...), dado que alguns dos motivos subjetivos para poupar são mais facilmente satisfeitos quando a taxa de juros sobe, enquanto outros diminuem.⁴

- 5) *Variações na política fiscal*: A política fiscal do governo também influencia, assim como a taxa de juros, nos rendimentos futuros que o indivíduo obtiver ao efetuar a poupança.
- 6) *Modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda*

Mas o ato de poupar implica ao indivíduo uma remuneração além da poupança original, ou seja, a taxa de juros, afim de que consuma um valor maior no futuro. Esta espera de consumir mais amanhã em consequência de se consumir menos hoje tem um custo, ao que conhecemos como taxa de desconto, descrito por GREMAUD (1995, p. 133) como “o quanto mais os indivíduos valorizarem do consumo presente, maior é o ônus da espera”. Portanto, a taxa de juros pode ser considerada como “o prêmio pago pela espera” do indivíduo, segundo o mesmo autor.

Observa-se um caráter heterogêneo entre os motivos subjetivos levantados por Keynes que levam à abstenção do consumo e certamente é provável que não

⁴ KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda; inflação e deflação. Tradução de Mário R. da Cruz, p. 73, 1983.

abranja todos os motivos possíveis pelos quais os indivíduos o façam. Para ele, tais motivos podem variar conforme determinados fatores, como a organização da sociedade econômica, raça, educação, convenções, experiências passadas, distribuição de riqueza, níveis de vida etc.

A teoria consumo keynesiana relaciona o consumo presente com a renda presente. No entanto, tal hipótese pode ser considerada como incompleta, uma vez que os indivíduos levam em conta o presente e também o futuro tanto ao consumir quanto ao poupar. Na sequência será apresentada a teoria de Fisher, que considera a expectativa de renda que os indivíduos têm de receber futuramente em detrimento do consumo no hoje.

2.2 TEORIA DE CONSUMO NA VISÃO DE FISHER

A teoria de Irving Fisher, mais conhecida como A Escolha Intertemporal, além de ter dado sua contribuição, influenciou nos pensamentos de Friedman em sua teoria a renda permanente e de Modigliani, na teoria dos ciclos da vida, ambos os temas a serem abordados na sequência.

De acordo com MANKIW (2004, p. 300) “o motivo de as pessoas consumirem menos do que desejam é o fato de o consumo ser restrito pela renda. Em outras palavras, os consumidores defrontam-se com um limite do quanto podem gastar, chamado de restrição orçamentária”.

Em seu modelo básico do comportamento do consumidor, apresentou as seguintes hipóteses:

- 1) Há preferências acerca da quantidade de bens que o consumidor irá utilizar ao longo da vida;
 - 2) O consumidor possui informação perfeita sobre os rendimentos que obterá no decorrer da sua vida;
 - 3) O consumidor não se restringirá apenas a bens com liquidez, isto é, num dado momento, poderá consumir mais do que ganha, já que pode financiar, por meio de empréstimos, o excesso de consumo sobre a renda ou ainda consumir menos do
-

que ganha, efetuando, desta forma, uma poupança positiva, utilizada na aquisição de ativos financeiros;

4) Os indivíduos não recebem heranças e nem as deixam, considerando que em caso de falecimentos não deixem dívidas;

5) o indivíduo prefere consumir no presente a consumir no futuro.

Para tornar o estudo do economista mais teórico, pode-se exemplificar a situação de um consumidor que vive por dois períodos: juventude do consumidor (período 1) e velhice do consumidor (período 2). Este indivíduo ganha a renda Y_1 e consome C_1 no período 1 e ganha a renda Y_2 e consome C_2 no período 2. Ao ter a oportunidade de tomar dinheiro emprestado e de poupar, o consumo do indivíduo em qualquer período determinado pode ser superior ou inferior que a renda nesse período.

Considerando que a renda do consumidor em dois períodos restringe o consumo nos dois períodos analisados, no período 1, a poupança é igual à renda menos o consumo ($S = Y_1 - C_1$). Já no período 2, o consumo é igual à poupança acumulada (incluindo os juros recebidos sobre a poupança feita) mais a renda do período 2, conforme a equação: $C_2 = (1 + r^5) S + Y_2$.

Para a obtenção da RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERTEMPORAL DO CONSUMIDOR, faz-se necessária a combinação das duas equações: $C_2 = (1 + r) (Y_1 - C_1) + Y_2$. Para fins de facilitar a interpretação, convencionou-se uma forma padrão que relaciona o consumo nos dois períodos com a renda nos mesmos dois períodos da seguinte forma:

$$C_1 + \frac{C_2}{1 + r} = Y_1 + \frac{Y_2}{1 + r}$$

Interpretações importantes acerca da equação:

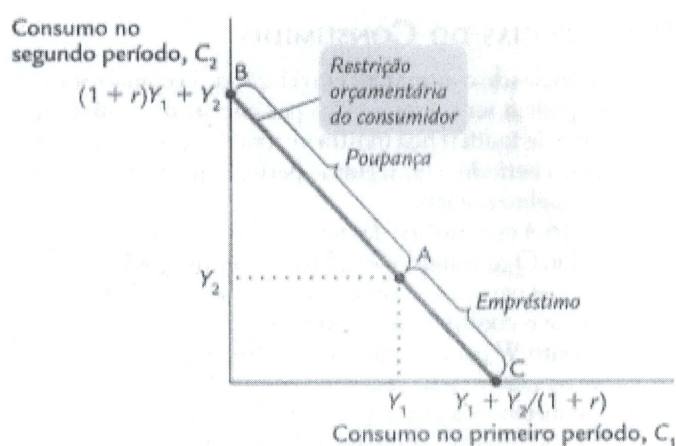
- Se a taxa de juros é zero, a Restrição Orçamentária demonstra que o consumo total nos dois períodos é igual à renda total nos dois períodos;
- Se a taxa de juros é maior que zero (caso usual), o consumo futuro e a renda futura são descontadas pelo fator “ $1 + r$ ”, desconto derivado dos juros ganhos com a poupança,

⁵ Taxa real de juros

Portanto, como o consumidor ganha juros sobre a renda corrente, que é poupada, a renda futura é menor do que a renda corrente. Em contrapartida, o consumo futuro custa menos do que o consumo corrente, uma vez que o consumo futuro é pago pela poupança que ganhou juros.

No GRÁFICO 3 mostra três exemplos de situações em que o consumidor pode se encontrar na Restrição Orçamentária. O ponto A, em que o consumidor consome toda sua renda em cada período ($C_1 = Y_1$ e $C_2 = Y_2$), ou seja, não efetuou nem poupança e nem empréstimo. No ponto B, o consumidor não consome nada no período 1 ($C_1 = 0$) e poupa toda a renda. Já no ponto C, o consumidor vislumbra não consumir nada no período 2 ($C_2 = 0$) e efetua um empréstimo tanto quanto é possível contra a renda do período 2. Desta forma, o consumo do período 1 é $Y_1 + Y_2/(1 + r)$.

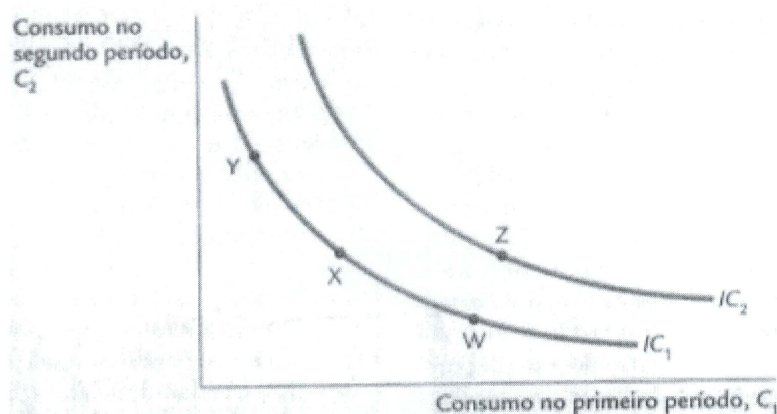
GRÁFICO 3 - RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CONSUMIDOR



FONTE: LOPES

Um outro fator apresentado por Fisher, já mencionado anteriormente, são as Preferências do Consumidor, que podem ser representadas por curvas de indiferença relacionando o consumo nos dois períodos apresentados. No GRÁFICO 4 estão representadas duas curvas de indiferença. Na curva IC_1 o consumidor é indiferente ao optar pelas combinações entre X, Y e W, pois todas se encontram na mesma curva. Já na curva IC_2 o ponto Z nela situada é preferível aos pontos X, Y e W, já que se sabe que o consumidor prefere o ponto situado a uma distância maior da origem do gráfico.

GRÁFICO 4 – CURVAS DE INDIFERENÇA DO CONSUMIDOR



FONTE: LOPES

Por fim, chama-se TAXA MARGINAL DE SUBSTITUIÇÃO a inclinação em qualquer ponto da curva de indiferença que indica a taxa pela qual o indivíduo está disposto a substituir o consumo no período 1 pelo consumo no período 2 (quanto de consumo do período 2 ele deseja para ser compensado pela redução de uma unidade de consumo no período 1).

Após serem apresentadas hipóteses que levam em consideração a Restrição Orçamentária Intertemporal dos indivíduos, Taxa Marginal de Substituição, relacionando consumo presente e futuro, com os fundamentos de Fisher, conclui-se que variações temporárias na renda dos indivíduos não influenciam nas decisões de o que consumir, mas sim na poupança, propondo uma relação entre as duas primeiras variáveis (C e Y), visão contrária à teoria keynesiana do consumo.

2.3 HIPÓTESE DA RENDA PERMANENTE DE FRIEDMAN

Em se tratando de comportamento do consumidor, Milton Friedman parte do pressuposto de que é de desejo das famílias nivelar seu consumo ao longo dos anos, não sendo este influenciado por variações temporárias em seus rendimentos, isto é, os indivíduos tendem a manter um padrão estável de consumo ao longo do tempo. Portanto, é sob a hipótese da renda permanente⁶ que passariam a tomar

⁶ Complementa a hipótese do ciclo de vida de Modigliani

suas decisões de consumo, considerando a mesma restrição orçamentária intertemporal em situações de renda variável, transitória.

Para LOPES (1998, p. 268), talvez essa ideia justifique o motivo pelo qual as pessoas buscam qualificação no nível de estudo; pessoas com grau superior de instrução normalmente possuem maior renda permanente do que as que não possuem.

De acordo com Friedman em “Uma teoria da função consumo”, a poupança se caracteriza pela diferença existente entre a renda corrente e a renda permanente. Define-se como renda corrente aquela cujo resultado seja o somatório das rendas permanente e transitória ($Y = Y^P + Y^T$), sendo àquela a parte da renda que os indivíduos almejam para o futuro (média) e esta, almejam no presente (desvio aleatório em relação à média), ou então que os indivíduos não esperam que persista no futuro.

Friedman convencionou a função consumo como sendo: $C = \alpha Y^P$, em que α é uma constante que mede a fração da renda permanente consumida (a hipótese da renda permanente enuncia que consumo é proporcional à renda permanente).

Portanto, se houver variação de renda do indivíduo, conforme a teoria de Friedman, este identifica a permanência ou transição de tal variação, fato que se a segunda situação se confirmar, a poupança é ajustada de forma que seu padrão de consumo seja estabilizado.

Encontra-se um entrave na teoria da renda permanente, que desvenda o enigma do consumo, devido ao fato de que a teoria keynesiana considera erroneamente a função consumo por meio da renda corrente e não a permanente. A hipótese de Friedman acarreta para a propensão média a consumir ($PMeC = C/Y = \alpha Y^P/Y$). Na hipótese da renda permanente, PMeC depende da razão entre a renda permanente e a renda corrente. Quando esta aumenta temporariamente acima da renda permanente, a PMeC cai temporariamente, ao passo que se a renda corrente cai temporariamente abaixo da renda permanente, a PMeC aumenta temporariamente.

Portanto, Friedman reitera a conclusão de Kuznets:

Friedman argumentou que as oscilações de ano para ano da renda são dominadas pela renda transitória. Portanto, anos de alta renda devem ser anos de baixa propensão média a consumir. Mas, em longos períodos –

digamos, de uma década para outra –, a variação na renda vem do componente permanente. Por isso, em prazos longos, deve-se observar uma propensão média a consumir constante, como Kuznets descobriu. (MANKIW, 2004, p. 310)

2.4 TEORIA DO CICLO DE VIDA DE MODIGLIANI

O modelo de Franco Modigliani se baseia na ideia de que os indivíduos poupam quando são jovens para que, ao se aposentarem, mantenham um padrão estável de consumo ao longo do ciclo de vida. Portanto, refuta a tese de que o consumo em um determinado período não é dependente da renda corrente, mas sim da renda adquirida em todo o período de atividade econômica do indivíduo.

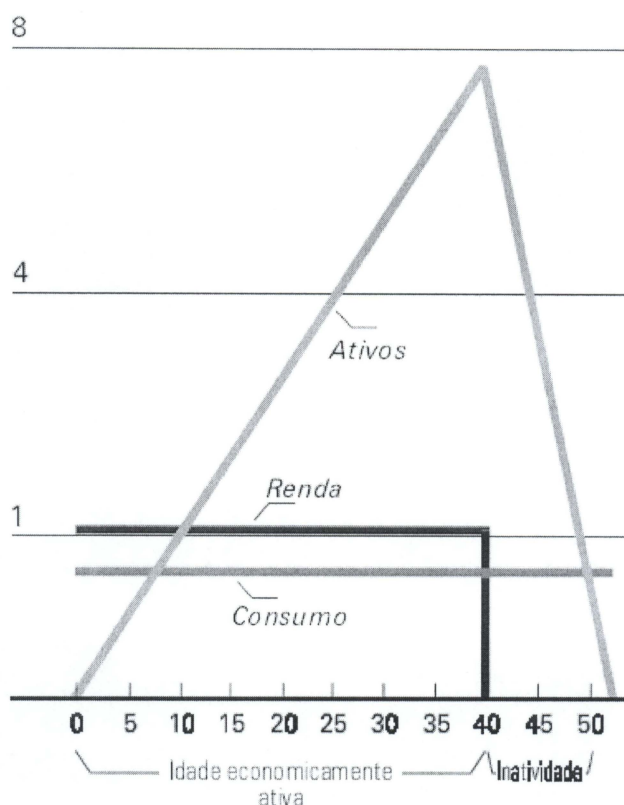
Para o economista, os ciclos da vida são caracterizados por flutuações sistemáticas na renda, sendo a poupança, desta forma, um estágio do ciclo em que o indivíduo se encontra⁷:

O estágio 1 consiste na juventude, a qual, além de ser caracterizada por renda baixa, os consumidores são mais propensos a contrair dívidas, por saberem da possibilidade de renda melhor no futuro. O estágio 2, o da meia-idade, os indivíduos quitam as dívidas do estágio 1 e poupam para a velhice; a renda atinge seu apogeu. No estágio 3, por fim, a velhice, a renda tende a zero e a poupança acumulada é plenamente consumida.

Pode-se exemplificar por meio do GRÁFICO 5, no qual se apresenta o caso que Modigliani denominou como a versão simplificada do modelo de ciclo de vida. Neste caso, a renda é constante durante a idade ativa do indivíduo (por exemplo 40 anos de atividade) e igual a uma unidade. Nos anos de aposentadoria, a renda cai para zero (por exemplo entre os 40 e 50 anos). Assim, o indivíduo consumirá 80% de sua renda durante o período que esteve trabalhando e poupará 20% da renda do período. Na ocasião de sua aposentadoria, o estoque de ativos acumulados começará a diminuir, partindo de um nível de oito vezes a renda imediatamente anterior à aposentadoria.

⁷ Deve-se ressaltar que as flutuações da renda corrente apenas impactaria na poupança dos indivíduos mas não em suas decisões de consumo.

GRÁFICO 5 – UNIDADE DE RENDA

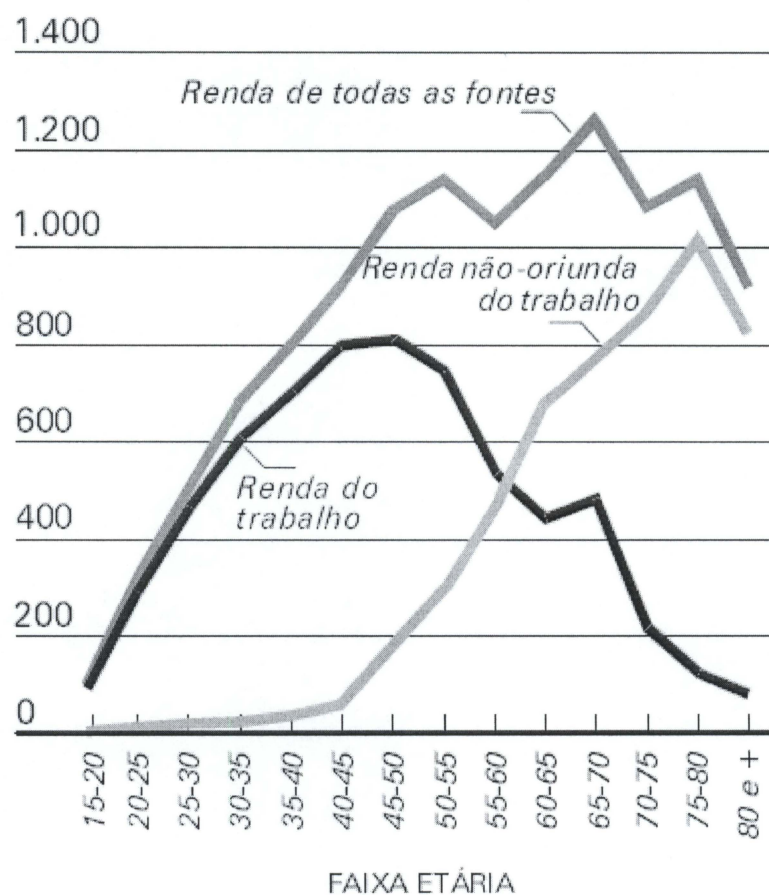


FONTE: MODIGLIANI (1986)

O ciclo de vida de Modigliani é constantemente citado para se exemplificar a demanda de ativos financeiros em longo prazo. Nota-se que o indivíduo poupa ao longo de sua vida a fim de garantir seu bem-estar nas etapas finais de seu ciclo de vida, visto que a renda de seu trabalho tende a se reduzir.

Verificou-se no país que, simultaneamente à queda da renda oriunda do trabalho dos indivíduos, existe uma renda vinda de outras fontes, como ativos financeiros, aluguéis, pensões, aposentadorias entre outras. Segundo dados da PNAD de 1996, acolhidos pelo IBGE, a renda do trabalho do brasileiro forma um “U” invertido, sendo o pico no intervalo dos 40 aos 50 anos de vida, ao passo que a renda não-oriunda do trabalho é praticamente inexistente para o grupo de até 45 anos e, após isso, cresce monotonicamente até o final do ciclo de vida (GRÁFICO 6).

GRÁFICO 6 – EVOLUÇÃO DA RENDA INDIVIDUAL NO BRASIL AO LONGO DO CICLO DE VIDA



FONTE: IBGE

3 BREVE HISTÓRICO BRASILEIRO: PLANOS ECONÔMICOS DE 1980 AO ATUAL

O Brasil enfrenta momentos inflacionários desde os primeiros anos de Império não apenas, como muitos imaginam, dos últimos trinta anos para cá. Porém serão os anos recentes que se dará ênfase para o entendimento deste estudo.

Grandes índices inflacionários assolaram a economia brasileira dos anos 1980 e 90, movidos por resquícios da crise mundial do petróleo em 1973 e em 1979 e também decorrente do choque das taxas de juros internacionais, já nos anos 80, entre outras razões. Conforme LOPES descreve (2005, p. 356) “foi de tal ordem a inter-relação entre as múltiplas causas aparentes da alta dos preços, que se tornou difícil destacar as mais significativas e aferir a real influência de cada uma delas no persistente processo inflacionário estabelecido”.

Muito se tentou para combater o problema, que se via não ser relacionada ao nível de atividade econômica, mas sim ao resultado que os choques expressavam aos agentes, afetando suas rendas, na forma de repasse de preços. Deu-se então total atenção ao combate do problema. A seguir serão expostos brevemente os planos, compreendidos entre 1985 e 1994 e quais foram suas principais características, para, então, compreender as medidas tomadas acerca da taxa de juros.

3.1 Plano Cruzado

Surgido em 1986, foi lançado em substituição ao Cruzeiro. Caracterizou-se pela alteração no cálculo salarial, que foram convertidos pelo poder de compra dos últimos seis meses acrescidos de abono de 8. Viu-se também como alternativa o congelamento dos preços – característica do heterodoxismo. GREMAUD (2009, p. 425) destaca que congelar os preços é muito complexo, uma vez que se apresentar com caráter temporário, os agentes anseiam pelo seu fim, ao passo que se for duradouro, não ocorre correção dos desequilíbrios de preços relativos.

De início, o plano obteve êxito, com queda inflacionária e apoio popular. Com o passar do tempo, alguns agentes encontraram mecanismos para escapar do

De início, o plano obteve êxito, com queda inflacionária e apoio popular. Com o passar do tempo, alguns agentes encontraram mecanismos para escapar do controle e o congelamento dos preços foi se tornando inócuo e sua manutenção refletiu no cenário fiscal e nas contas externas do país.

O fim do plano Cruzado foi marcado por uma política monetária restritiva e um cenário de instabilidade financeira, além da volta da inflação, apresentando um índice de 20% ao mês em 1987.

3.2 Plano Bresser

Caracterizou-se pela posse do novo ministro da fazenda Bresser Pereira, em 1987, cujo plano de mesmo nome se caracterizava pela contenção da inflação reduzindo o déficit público e promovendo um choque deflacionário com a retirada do reajuste automático dos salários com o atingimento de 20% da inflação – o chamado “gatilho salarial” do Plano Cruzado. Possuía caráter emergencial e trazia política fiscal e monetária ativa, com a manutenção da taxa real de juros positiva, evitando, assim, o aumento do consumo através da especulação de estoques.

Em linhas gerais, ainda que tenha tomado medidas válidas, que acarretaram na recuperação da Balança Comercial e queda inicial da inflação, o plano provocou significativas quedas na produção da indústria e não obteve êxito na contenção do déficit público.

3.3 Plano Verão

Com Mailson a Nóbrega no comando, o plano trouxe, na questão cambial uma desvalorização de 18% do cruzado, a fim de evitar pressões futuras. Posteriormente, adotou-se taxa de câmbio fixa. No quesito fiscal, o plano não realizou nenhum feito, acarretando em um constante aumento nos déficits públicos.

A resultante do plano da época de José Sarney foi de grande descontrole das contas públicas, crescimento do endividamento interno e ausência de nenhum

3.4 Plano Collor I

Neste plano, de 1990, foram adotadas algumas medidas que até hoje mostram seus reflexos, como é o caso da abertura comercial do mercado brasileiro em nível internacional. Promoveu também reduções tarifárias, eliminou certos incentivos às exportações e adotou o câmbio flutuante. Todas essas medidas acabaram por deteriorar a Balança Comercial, fazendo com que o governo promovesse a desvalorização da moeda na época, agravando ainda mais o processo inflacionário.

3.5 Plano Collor II

Sob o comando de Zélia Cardoso de Melo, o plano visava principalmente a extinção a taxa *overnight*⁸ e outras formas de indexação, além de congelamento de preços e salários.

3.6 Plano Real

Criado em 1994 com FHC como ministro da Fazenda. Implantou-se a URV, cuja função era servir como padrão de valor monetário, limitando-se unicamente com a função de ser unidade de conta. Quando praticamente todos os preços estavam expressos por este indexador⁹, o Real foi introduzido. Neste momento, foi determinado pelo governo que os depósitos compulsórios das captações fossem de 100% e as taxas de juros a níveis altos.

Foram aplicados ajustes fiscais, na tentativa de equacionar o desequilíbrio orçamentário para os próximos anos, através de corte de despesas, aumento de impostos (principalmente com a criação do IPMF, o conhecido “imposto do cheque”) e diminuição nas transferências do governo.

⁸ Substituído pelo FAF, regulado pelo governo federal.

⁹ Mecanismo de proteção dos valores monetários das perdas decorrentes da inflação. (GREMAUD, 2009)

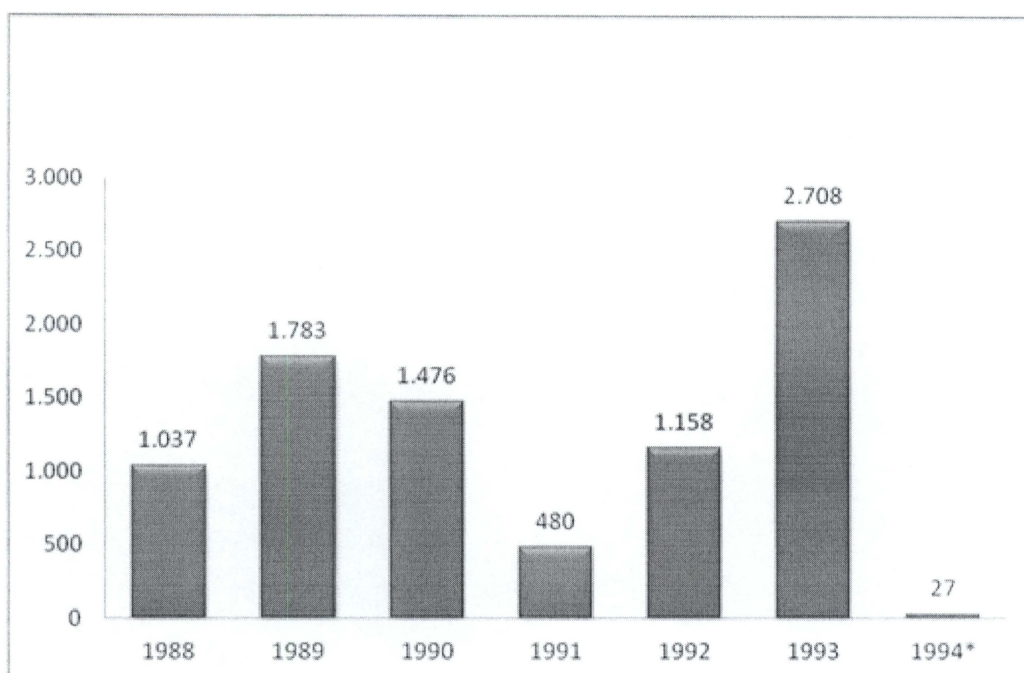
LOPES (2005, p. 386) define os resultados das medidas tomadas pelo plano como “os mais expressivos da história monetária do pós-guerra no Brasil. Nenhum outro programa de estabilização produziu, no campo restrito da contenção do processo inflacionário, resultados semelhantes”.

A taxa de juros foi um elemento participativo para o sucesso do plano, visando à entrada de novas captações internacionais, uma vez que o governo necessitava possuir divisas para praticar a nova política de bandas cambiais – fato que marcou um segundo momento do programa de estabilização do Real, com o objetivo de impedir a saída do capital estrangeiro através da estipulação de limites para a valorização ou desvalorização da moeda, deixando de aplicar o regime de câmbio flexível – para a manutenção da estabilidade dos preços.

Em 1999, em decorrência de ataque especulativo, a equipe econômica decide desvalorizar o câmbio e, posteriormente, deixa de adotar a política de bandas cambiais e retorna ao regime de câmbio flutuante, tendo consequência uma grande desvalorização do Real. A partir daí, o governo aplica uma política monetária bastante restritiva. Para tanto, a manipulação da taxa de juros passa a ser o instrumento principal para evitar que pressões cambiais se desencadeassem em novo processo inflacionário.

No GRÁFICO 7 a seguir pode ser observada a evolução inflacionária, entre 1988 até o segundo semestre de 1994, já com o plano em andamento. Após este período, os índices se mostraram ainda mais reduzidos, chegando ao nível de 1,7% em 1998.

GRÁFICO 7 – TAXA DA INFLAÇÃO ANUAL ENTRE 1988 E 1994



FONTE: FGV

Além de controle inflacionário e mecanismo de impedimento de fuga de capital estrangeiro, a variação da taxa de juros no país tem importante papel em situações de crise mundial, como ocorreu na ocasião da crise asiática em 1997 e russa em 1998, quando ocorreu sua elevação. Tal medida abranda as consequências causadas pela retração da demanda, como o desemprego, crescimento das dívidas interna e externa entre outros.

A seguir serão apresentadas as demais funções da taxa de juros e seu contexto sobre a atual conjuntura brasileira e influências no consumo dos indivíduos.

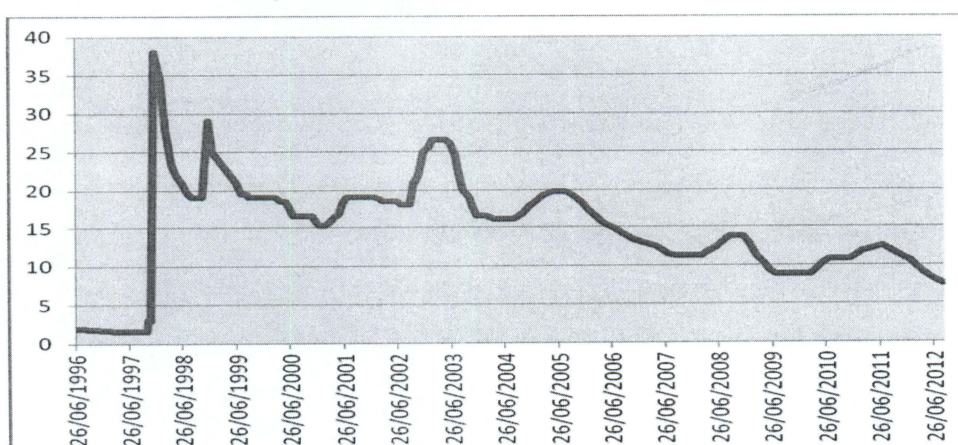
4 A ADOÇÃO DA TAXA DE JUROS COMO REFERÊNCIA ECONÔMICA

A taxa básica de juros no Brasil, como é mais conhecida hoje por SELIC, é uma das variáveis de maior destaque na conjuntura atual brasileira, uma vez que serve de referencial de mercado e exerce importante influência na determinação da demanda agregada, como valor da taxa de câmbio, decisões de investimento e decisões de consumo dos indivíduos, além de compor a regência dos juros bancários, de financiamentos, empréstimos, cheque especial e juros do comércio em geral, visto que sua elevação encarece os bens, tornando o consumo um pouco mais comedido. É determinada mensalmente pelo Comitê de Política Monetária – COPOM.

A taxa referencial da economia como é calculada hoje está em vigor desde 1999, quando o Banco Central acabou com o sistema de bandas de juros. Anteriormente, havia duas taxas que sinalizavam os juros da economia: a Tban (Taxa de Assistência do Bacen) e a TBC (Taxa Básica do Bacen). Para a atual taxa, seu cálculo é feito através da média ponderada e ajustada das operações financeiras de financiamento durante um dia útil (*overnight*), com lastro em títulos públicos federais, emitidos pelo Tesouro Nacional e registrados pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – o originalmente SELIC, criada em 1979.

O GRÁFICO 8 abaixo apresenta a evolução da taxa de juros no período compreendido entre 26/06/1996 e 29/08/2012. Observa-se que nos últimos 5 anos a Selic se apresenta abaixo dos 15 pontos percentuais (os índices abaixo dos 4% nos anos 1996 e 1997 se devem ao fato de a taxa de juros não ser medida ao ano).

GRAFICO 8 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE JUROS NO BRASIL – JUN 1996 A AGO 2012



FONTE: BANCO CENTRAL

Assim como a Selic vem apresentando queda, as taxas de juros das operações de crédito também vêm apresentando, segundo pesquisas feitas em julho de 2012 pela ANEFAC (Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade). Isto se deve ao fato justamente à redução da Selic e também à redução dos índices de inadimplência do mercado.

Embora a taxa básica de juros tenha sofrido redução de 3 pontos percentuais entre dezembro de 2011 e julho de 2012 (de 11 para 8 p. p.), a taxa média de juros para pessoa física passou de 6,58% ao mês em dezembro do ano passado para 6,12% em julho deste ano (queda de 7%).

Conforme a TABELA 1 a seguir, com exceção dos juros à pessoa física do cartão de crédito rotativo que se manteve estável, as demais categorias registraram queda: juros do comércio, cheque especial, CDB de bancos, empréstimo pessoal de bancos e de financeiras.

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS TAXAS MENSAIS DE JUROS – PESSOA FÍSICA

ITENS	Jul/11	Ago/11	Set/11	Out/11	Nov/11	Dez/11	Jan/12	Fev/12	Mar/12	Abr/12	Mai/12	Jun/12	Jul/12
SELIC (Taxa básica)	0,96%	1,07%	0,94%	0,88%	0,86%	0,90%	0,89%	0,74%	0,82%	0,71%	0,74%	0,64%	0,67%
JUROS DO COMERCIO	5,70%	5,60%	5,54%	5,44%	5,46%	5,36%	5,05%	4,95%	4,87%	4,77%	4,72%	4,75%	4,65%
CARTÃO DE CREDITO	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%	10,69%
CHEQUE ESPECIAL	8,27%	8,25%	8,23%	8,21%	8,41%	8,36%	8,34%	8,33%	8,34%	8,28%	8,24%	8,22%	8,07%
CDC-BANCOS	2,37%	2,29%	2,24%	2,16%	2,20%	2,18%	2,01%	1,97%	1,97%	1,94%	1,85%	1,84%	1,80%
EMPRÉSTIMO PESSOAL BANCOS	4,67%	4,58%	4,47%	4,31%	4,39%	4,21%	3,99%	3,81%	3,84%	3,69%	3,59%	3,63%	3,57%
EMPRÉSTIMO PESSOAL FINANCEIRA	9,34%	9,11%	8,94%	8,76%	8,88%	8,66%	8,29%	8,24%	8,26%	8,14%	7,98%	8,04%	7,92%
TAXA MÉDIA	6,84%	6,75%	6,69%	6,60%	6,67%	6,58%	6,40%	6,33%	6,33%	6,25%	6,18%	6,20%	6,12%

A expectativa da ANEFAC é de que as taxas de juros continuem em queda para os próximos meses, em decorrência das reduções da Selic previstas pelo Bacen, pela maior competitividade no sistema financeiro, permanência na queda da inadimplência no comércio em geral e também pela redução das taxas de juros por parte dos bancos públicos, como se pode perceber atualmente.

5 FATORES QUE INTERFEREM NO COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR

Estudos apontam que, apesar da estabilização financeira proporcionada pelo plano Real, até 1999 o Brasil não apresentou índices satisfatórios de crescimento, como ocorrido entre 1992 e 1994 (período que antecedia a implantação do novo plano). Ao contrário, houve estabilização do crescimento econômico.

Conforme apuração do IPEA (2002) este fato se deve a alguns fatores: pode-se citar a redistribuição de crédito entre setores, reduzindo a participação do setor público e aumentando o do setor privado (este passando de 65% em 1989 para 93% dez anos após). Já o crédito à habitação naquele momento foi reduzido de 20% em 1998.

O mesmo estudo apontou sugestões a serem tomadas pelo Banco Central, a fim de reverter esta situação que, como se sabe, tomou outro rumo com a posse do então futuro presidente Lula:

Sugere-se aumentar a alavancagem dos bancos – esta é a condição necessária para aumentar o montante (limite) de crédito. Contudo, para que o acréscimo de crédito, derivado do novo limite, chegue ao setor produtivo e às pequenas empresas, indica-se: ponderar o risco de juros dos créditos, diminuir a ponderação de risco referente a créditos de pequeno valor e limitar a carteira de títulos públicos dos bancos. (IPEA - Planejamento e Políticas Públicas, N. 25 – 2002)

Por outro lado, é indiscutível a facilidade que o fornecimento de crédito tem fomentado o consumo dos brasileiros nas últimas duas décadas, após a posse do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, gerando crescimento econômico e ascensão de classes sociais, conforme vem se noticiando nos veículos de comunicação. Contudo, tal variável tem sido responsável pelo grande endividamento e tomada de empréstimos bancários e outras instituições financeiras., consequências a serem mostradas em um segundo momento.

Antes de serem apresentadas as novas políticas com relação ao acesso de crédito e a influência que a taxa de juros acarreta indiretamente nas decisões de consumo do brasileiro, especificamente dos paranaenses, serão expostos alguns dados acerca da evolução da pobreza, no período logo após a implantação do Real (1995) até o segundo ano do primeiro mandato de Lula.

5.1 EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Em pesquisa feita pela PNAD¹⁰ em 2004, começou a se observar relativa queda na desigualdade de renda da população, para os níveis mais baixos, por meio da utilização do índice de Gini.

Tomando como base dez regiões metropolitanas do Brasil, entre os anos de 1995 e 2004, ainda que a proporção de pobres tenha aumentado de maneira significativa e tende a se aumentar, paradoxalmente o acesso destas classes ao maior consumo de bens e serviços também aumentou, originando em uma inesperada transformação dos conteúdos abrangendo o tema.

Como se observa na TABELA 2 abaixo, regiões metropolitanas como São Paulo e Belém apresentaram um maior aumento na proporção de pobres, entre 1995 e 2003, de domicílios com renda per capita inferior a um salário mínimo da época. Já nas regiões de Brasília e Curitiba obtiveram o menor índice. Nas demais regiões listadas, com exceção do Rio de Janeiro que obteve uma pequena queda, esta proporção permaneceu constante. Já entre 2003 e 2004, houve uma queda considerável na proporção de domicílios pobres, tendo Curitiba apresentado um dos índices de redução mais acentuados.

TABELA 2 – PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS COM RENDA PER CAPITA DE ATÉ MEIO SALÁRIO MÍNIMO (10 REGIÕES METROPOLITANAS)

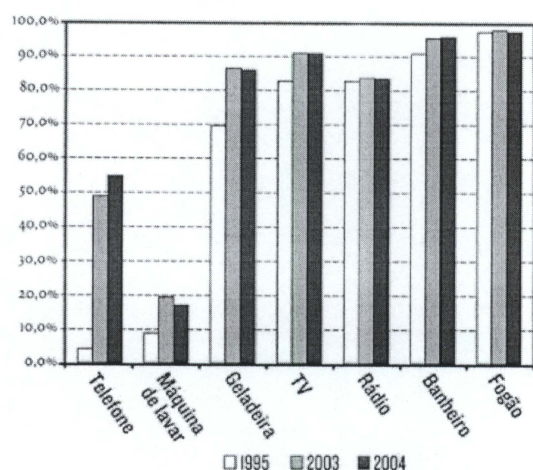
REGIÕES METROPOLITANAS	1995	2003	2004
Belém	19,6	29,2	26,5
Fortaleza	33,0	33,9	34,0
Recife	30,5	32,4	33,2
Salvador	27,2	30,2	27,1
Belo Horizonte	15,3	16,5	14,7
Rio de Janeiro	10,9	10,4	10,1
São Paulo	6,0	11,2	11,2
Curitiba	9,2	11,1	9,3
Porto Alegre	9,9	10,1	9,3
Brasília	11,7	15,9	15,4
Total	12,6	15,5	15,0

FONTE: PNAD 1995, 2003 e 2004

¹⁰ Por meio de coleta de dados de 1995, 2003 e 2004.

Na mesma linha de estudo, verificou-se que o acesso de bens e serviços por parte desta classe social começou a crescer, destacando-se a aquisição de telefonia em geral, produtos da chamada linha branca (fogão, geladeira, máquina de lavar) e eletrônicos (rádio e televisão), conforme o GRÁFICO 9

GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DA AQUISIÇÃO DE BENS DOMÉSTICOS - CLASSE POBRE (10 REGIÕES METROPOLITANAS)



FONTE: IBGE, PNAD 1995, 2003 e 2004

5.2 ACESSO AO CRÉDITO NO GOVERNO LULA

Segundo BARONE (2008), o primeiro mandato de Lula – 2003 a 2006 – foi caracterizado pela ruptura do modelo em vigor no Brasil dos últimos 20 anos. A política econômica do antigo governo se manteve, mas o acesso ao crédito às camadas mais baixas da população e aos microempreendedores foi visível, com a introdução da oferta de serviços financeiros – crédito produtivo, crédito para consumo, poupança etc – àquelas classes populacionais. Percebeu-se, e ainda pode-se observar em 2012, que grandes concessões de crédito e juros mais baixos por parte de instituições bancárias¹¹ como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, foram fundamentais para a ocorrência deste fenômeno.

Observa-se na TABELA 2 o aumento significativo de abertura de contas correntes e poupanças pela população, no período compreendido entre 2001 e 2007. Ainda que haja um grande número de cidadãos sem acesso à abertura de

¹¹ Concessões feitas sob a Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003.

Observa-se na TABELA 3 o aumento significativo de abertura de contas correntes e poupanças pela população, no período compreendido entre 2001 e 2007. Ainda que haja um grande número de cidadãos sem acesso à abertura de contas, dentre o período, aumentou-se em mais de 57% o número de contas correntes e 39% o de contas poupança.

TABELA 3 – ACESSO A CONTAS CORRENTES E POUPANÇAS NO BRASIL – 2001 A 2007

TIPO	PERÍODO						
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
CLIENTES DE CONTA CORRENTE ¹²	43,3	45,6	45,9	50,4	53,7	58,3	62,8
CLIENTES DE CONTA POUPANÇA ¹³	51,2	58,2	62,4	67,9	70,8	71,3	71,2

FONTE: BANCO CENTRAL

5.3 EFEITOS DO ACESSO AO CRÉDITO À CLASSE MÉDIA CURITIBANA

Com o crédito sendo facilitado enormemente em comparação a outros anos, quando se era difícil até mesmo conseguir um financiamento de automóvel por exemplo, hoje, com juros mais baixos, valor de entrada facilitado e menos burocracia, mais curitibanos estão consumindo e, em contrapartida, gerando mais compromissos financeiros e dívidas, muitas vezes sem perspectiva de pagamento.

Conforme levantamentos da Federação do Comércio do Paraná feitos em 2012, por meio da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor – PEIC – o total de famílias que residem no município de Curitiba, considerando aquelas com um significativo potencial aquisitivo, que possuíam algum tipo de dívidas, diminuiu em relação a agosto de 2011, porém ainda se mantém muito alta (96,2% no ano anterior e 89,3% em 2012). Destes totais, dividem-se duas categorias: pessoas que possuem contas atrasadas e pessoas que não têm condições de sanar suas dívidas. (Vide TABELA 4).

^{12 13} Valores em milhões de reais.

TABELA 4 – PERCENTUAL DE ENDIVIDADOS EM CURITIBA (ENTRE AGOSTO/2011 A AGOSTO/2012)

Mês	Em porcentagem		
	Total de endividados	Endividados com contas em atraso	Não terão condições de pagar
ago/2011	96,2%	22,4%	6,5%
set/2011	91,6%	20,0%	7,3%
out/2011	89,7%	17,4%	6,8%
nov/2011	91,6%	25,2%	8,4%
dez/2011	89,6%	20,2%	5,4%
jan/2012	91,0%	15,5%	5,7%
fev/2012	88,7%	21,8%	10,7%
mar/2012	88,0%	22,5%	8,6%
abr/2012	89,1%	21,4%	6,5%
mai/2012	86,0%	26,6%	10,3%
jun/2012	88,0%	25,7%	7,5%
jul/2012	87,3%	21,4%	6,4%
ago/2012	89,3%	24,3%	8,7%

FONTE: FECOMÉRCIO PARANÁ

Através de pesquisas de campo, o total do número de famílias curitibanas que se consideram ao menos um pouco endividados totaliza 32%, contra 10,7% que informaram não possuírem dívidas, dentre as quais pode-se exemplificar: cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carros entre outras, conforme TABELA 5:

TABELA 5 – PERCENTUAL DE ENDIVIDAMENTO DO CURITIBANO

Nível de endividamento	Total	Até 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Muito endividado	18,6%	18,1%	20,9%
Mais ou menos endividado	38,7%	39,9%	33,0%
Pouco endividado	32,0%	30,9%	37,4%
Não tem dívidas desse tipo	10,7%	11,2%	8,8%
Não sabe			
Não respondeu			
TOTAL DE ENDIVIDADOS	89,3%	88,8%	91,2%

FONTE: FECOMÉRCIO PARANÁ

Dentre as dívidas contraídas pelos entrevistados, mais da metade admitiu possuir, no momento, dívida no cartão de crédito, seguido pelo financiamento de automóveis (27,1%), financiamento de imóveis (10,5%), e carnês de lojas (5,9%). As demais dívidas – cheque especial, cheque pré-datado, créditos pessoal e consignado – variam de 0,2 a 1,7% (conforme TABELA 6):

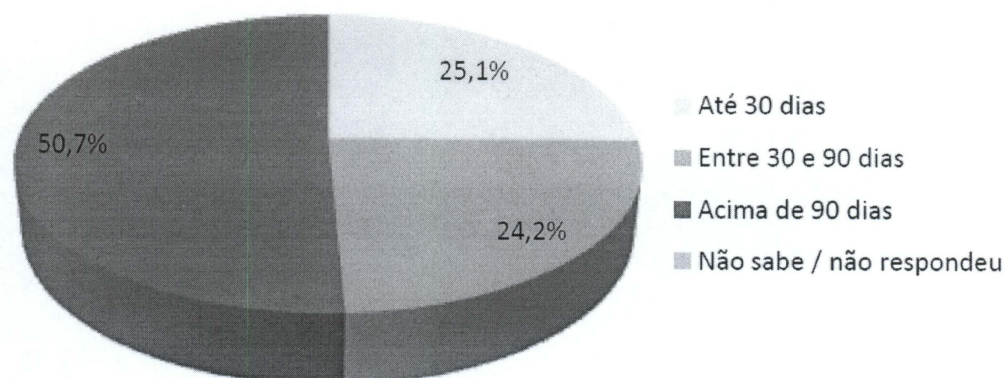
TABELA 6 – PERCENTUAL DE TIPOS DE DÍVIDA

Tipo de dívida	Total	Até 10 s.m.	Mais de 10 s.m.
Cartão de Crédito	53,2%	54,3%	48,2%
Cheque Especial	1,7%	1,6%	2,4%
Cheque Pré-datado	0,2%	0,3%	
Crédito consignado	1,1%	1,3%	
Crédito Pessoal	1,1%	1,1%	1,2%
Carnês	5,9%	7,0%	1,2%
Financiamento de carro	27,1%	25,9%	32,5%
Financiamento de casa	10,5%	9,4%	15,7%
Outras Dívidas			
Não sabe			
Não respondeu			

FONTE: FECOMÉRCIO PARANÁ

Para concluir o estudo, verificou-se que a metade do número de famílias entrevistadas têm em contas atrasadas, das opções apresentadas na TABELA 3, há mais de 3 meses, 24,2% entre 1 e 3 meses e 25,1% há menos de um mês, conforme GRÁFICO 10:

GRÁFICO 10 – PERCENTUAL DE TEMPO DE CONTAS COM PAGAMENTO ATRASADO



FONTE: FECOMÉRCIO PARANÁ

Uma pesquisa efetuada pelo Paraná Pesquisas para a Gazeta do Povo (2012), mostra que muitos trabalhadores de Curitiba, apesar de se mostrarem satisfeitos com o salário (seis em cada dez entrevistados), não se preocupam com o futuro, principalmente funcionários privados.

Outra pesquisa levantada pela mesma fonte, em 2009, mostra que 61% dos curitibanos gastam totalmente seu salário, não poupando nenhum montante. Deste percentual, ao perderem o emprego ou qualquer fonte de renda, 89% recorre a auxílio familiar.

Segundo o estudo, isso se deve ao fato de que os trabalhadores são ou se consideram mal-remunerados, as despesas são elevadas e o fator endividamento também influencia na não-poupança dos residentes na capital paranaense.

O que implica em todo esse consumismo e o que mostra todos os dados estatísticos apresentados é que o brasileiro de uma maneira geral, não tem o hábito de poupar uma parte de sua renda para um momento posterior. Muitos preferem parcelar suas compras no comércio em geral para usufruir do prazer de consumir imediatamente em detrimento do sacrifício em aguardar o total de meses correspondentes ao número de parcelas para adquirir os produtos ou serviços à vista e sem incidência de altos juros, além de abrir mão da rentabilidade da poupança.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo contemplar as teorias econômicas com relação ao comportamento do consumidor, mostrando os pontos de vista de estudos feitos, buscando adequá-las aos dias atuais no comportamento de consumo do brasileiro após a introdução do Plano Real – incluindo o papel que a variação da Selic desempenha na economia brasileira – para, por fim, demonstrar as consequências do acesso de crédito das famílias de Curitiba.

Muitas mudanças ocorreram nos últimos 20 anos no Brasil, desde que se vislumbrou o controle inflacionário para o ajuste das contas nacionais e tomada do crescimento econômico e muito está sendo feito para a melhora nas condições de vida da população como um todo, em especial às classes menos favorecidas.

Atualmente a concessão de crédito vem sendo facilitada, a taxa básica de juros tem atingido os menores patamares da história, porém não se deve deixar de mencionar a importância das consequências econômicas e sociais, tais como o endividamento das famílias, devido ao consumo desenfreado, sendo essencial o acompanhamento desta problemática, por meio de estudos sistemáticos e dimensão da mesma.

Faz-se necessário mencionar não somente os efeitos sobre o equilíbrio orçamentário das famílias como as implicações sociais e psicológicas, acarretando até mesmo em exclusão social, proveniente da incapacidade de cumprimento dos compromissos financeiros.

A aquisição de bens e serviços de pessoas mais pobres que talvez nunca fossem factíveis, como aparelhos eletrônicos, automóveis, eletrodomésticos, taxas bancárias acessíveis até mesmo possibilidade de ingresso em curso superior por meio de bolsas de estudo e sistema de cotas, tem proporcionado fôlego e esperança aos indivíduos, inclusive para a população de Curitiba, entretanto deve-se atentar para o desequilíbrio das finanças e nos índices negativos que acarretam ao país.

Verifica-se neste estudo também que no município, o número de famílias de classe com maior potencial enfrentando dificuldades financeiras é grande e, apesar de o índice de inadimplência ter se reduzido de 2011 à 2012. Inclusive esta camada da população curitibana, bem como as classes mais baixas não conseguem poupar nada para prevenção no futuro. Deve-se prestar atenção para que o excesso de crédito e facilidades de consumo não implicar em um total descontrole.

7 REFERÊNCIAS

- ASSAF Neto, Alexandre. **Mercado financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- BARONE, Francisco Marcelo. **Políticas públicas de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito no Brasil. 2008**. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), RJ
- BARRERE, Alain. **Teoria econômica e impulso keynesiano**. Trad. Pierre Santos. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961
- FORTUNA, Eduardo: **Mercado financeiro: produtos e serviços**. 17. ed. Rio de Janeiro: Qualimark,. 2008
- FRIEDMAN, M. **“A theory of the consumption function”**. Princeton University Press, Princeton – NJ, 1957
- GREMAUD, Amaury Patrick ET AL. **Economia brasileira contemporânea**. 7. ed.. São Paulo: Atlas, 2009.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: Inflação e deflação**/John Maynard Keynes; apresentação de Adroaldo Mora da Silva; tradução de Mário R. da Cruz – São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- KRUGMAN, Paul. R. e Obsfeld, Maurice. **Economia internacional – teoria e política**. 5. ed.. Tradução: Celina Martins Ramalho Laranjeira. São Paulo: Makron Books, 2001.
- LOPES, L. M. et. Al. **Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MANKIW. N. G. **Macroeconomia**, 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.
- MODIGLIANI, F. **“Life cycle, individual thrift, and the wealth of nations.”** American Economic Review, vol.3, 1986
- PINDYCK, Robert S. **Microeconomia** – 6ª edição; tradução Eleutério Prado, Thelma Guimarães. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005
- OREIRO, F. D .R. **Os microfundamentos do consumo: de Keynes até a versão moderna da teoria da renda permanente**.
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/economia/article/view/1996/1657> - acessado em 15/06/2012.

<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas> – acessado em 24/09/2012.

http://www.fecomerciopr.com.br/images/stories/indices/PEIC_PR_agosto2012.pdf - acessado em 03/10/2012

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext - acessado em 05/10/2012

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002006000100002&script=sci_arttext - acessado em 05/10/2012

<http://www.anefac.com.br/pesquisajuros/2012/PesquisaJulho.pdf> - acessado em 16/10/2012.